



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

5932 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 21 - Trabalho e Educação

AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA RECENTES ENTRE BRASIL E ITÁLIA E AS RELAÇÕES COM O MUNDO DO TRABALHO: UM ESTUDO COMPARADO.

Joel Júnior Cavalcante - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior)

AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA RECENTES ENTRE BRASIL E ITÁLIA E AS RELAÇÕES COM O MUNDO DO TRABALHO: UM ESTUDO COMPARADO.

RESUMO: O presente trabalho é resultado parcial de uma pesquisa de estágio Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE-Programa Doutorado Sanduíche no Exterior) realizado em parceria com a *Università Degli Studi di Perugia* (UNIPG)-Itália, com financiamento da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior). A mesma analisa o modelo de educação profissional e tecnológica no Brasil, especialmente a chamada ‘nova institucionalidade’ da EPT em 2008 em interface com o modelo italiano, também acometido por transformações recentes em sua estrutura. Foram realizadas visitas técnicas e estágio em escolas de educação profissional na região da Úmbria, parte central da Itália, além de uma apreensão bibliográfica sobre os modelos dos países e suas concepções e diretrizes no que tange a relação entre educação e mundo do trabalho. A pesquisa teve como filiação metodológica a análise comparativa, buscando aproximações e distanciamentos entre os modelos à luz das novas dinâmicas e movimentos do capital no início do século XXI e seus desdobramentos na área educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação profissional e tecnológica. Políticas públicas educacionais. Educação comparada.

INTRODUÇÃO

As primeiras décadas do presente século nos apresenta desafios prementes. Transformações profundas ocorrem globalmente, impactando-nos sobremaneira. A ascensão do autoritarismo diante da escalada gradual da extrema direita, o pessimismo com a democracia, o aprofundamento do nacionalismo representam real ameaça aos direitos sociais, humanos e à própria democracia. Imanente à nova dinâmica, a reestruturação produtiva proclama a quarta fase da revolução industrial: a ‘uberização’ do trabalho (ANTUNES, 2018), o novo proletariado de serviços, o trabalho flexível e intermitente compõe o léxico discursivo e as práticas que são mantra da nova morfologia do capital.

Em nosso caso particular, desde o golpe parlamentar-civil e midiático de 2016, instala-se no Estado brasileiro um contínuo desmonte das conquistas sociais nas últimas décadas. Vários são os movimentos que esfacelam o Estado de Bem-Estar Social, mutilando as conquistas da Constituição Federal de 1988, penalizando o povo brasileiro, especialmente os mais pobres em uma das sociedades mais desiguais do mundo.

Não obstante tantos desafios que já tínhamos no horizonte, no presente ano, somos acometidos pelo surto da COVID-19, causada pela SARS-CoV-2, o “novo corona vírus”. Uma pandemia que surge de forma meteórica no final do ano de 2019, expandindo-se rapidamente nos primeiros meses de 2020, colocando a humanidade de joelhos. A crise sanitária, em aspectos geográficos, é democrática, visto que acomete os quatro cantos do mundo, mas, socialmente, penaliza especialmente os mais vulneráveis. Imperioso dizer que a pandemia reconfigura todo o quadro econômico, político e social, mostrando-nos ao mesmo tempo, a impotência do neoliberalismo, que nas últimas quatro décadas preconizou o Estado mínimo, a descentralização, a privatização, o regime de austeridade fiscal, soluções falidas para nosso drama atual. Seria o fim do ciclo da falaciosa aventura neoliberal?!

Nesse cenário de tantos e inéditos desafios, a educação profissional e tecnológica assume grande pertinência como objeto de estudo. Assim, entender as particularidades, aproximações, distanciamentos das realidades em cada país, foi uma das buscas nesse percurso. Em suma, esse estudo buscou analisar a peculiaridade e especificidade do ensino profissional e tecnológico brasileiro frente o modelo italiano. Estabelecer uma comparação com a Itália denota grande importância, já que o é país pioneiro no binômio “educação-trabalho”, país do grande filósofo Antônio Gramsci, um dos maiores intelectuais que pensaram a possibilidade de uma escola de formação integral, unitária e emancipatória para os filhos dos trabalhadores.

MÉTODO COMPARATIVO EM EDUCAÇÃO

O presente artigo é resultado parcial de uma pesquisa que fez uso do método comparativo. Segundo Moreira (2015), a Educação Comparada já desenvolve estudos na Europa desde o século XIX, sendo um instrumento de pesquisa que tem trazido contribuições relevantes para reflexões para as Ciências da Educação, história, políticas públicas etc. Um estudo comparativo tem como finalidade analisar elementos concomitantes, buscando semelhanças e diferenças, entre as realidades abordadas. Ainda sobre a expansão desse método, a autora destaca:

“Ampliaram-se as pesquisas comparativas na área da educação, que passaram a priorizar a compreensão entre o nível global e local. Esse enfoque se deu na atualidade mediante a expansão mundial dos modelos educativos, por meio do apoio e influências de organismos e organizações internacionais. Após o período da II Guerra Mundial, favoreceu-se o desenvolvimento de redes de interdependência transnacionais e se tornou coerente a compreensão não apenas do contexto local/regional, mas também do global/internacional/transnacional, sob as novas orientações do capital”. (ALVES, 2015, p. 21).

Nota-se no trecho citado que, com a apropriação da educação pelos organismos internacionais e agências multilaterais, quase sempre patrocinados pelo capital internacional, os modelos de educação de diferentes partes do mundo sofreram os impactos, influências, mas também preservam suas particularidades locais, culturais, suas disputas e correlação de forças presentes na sociedade capitalista.

Ainda sobre a ferramenta metodológica empregada, há registros de que o método comparativo é amplamente utilizado, não apenas por acadêmicos, como por formuladores de políticas.

BRAY (2015) cita que há evidências claras de que o Reino Unido importou, nas décadas de 80 e 90, muitas políticas educacionais dos Estados Unidos da América, tais como financiamento para curso superior, modelos de escolas públicas com administração privada etc.

Atentos à essa necessidade do recorte metodológico supracitado, que também se justifica pelo curto período de permanência no país de imersão, seis meses, optamos por elencar dois tópicos de investigação e análise para serem confrontados, quais sejam:

a) políticas educacionais recentes dos dois países: estudo de leis, projetos educacionais, observando o possível alinhamento ideológico, político-econômico dessa realidade. b) documentos institucionais que embasam os princípios, concepções político-pedagógicas, filosóficas da educação profissional e tecnológica pública.

Por fim, ao optar pelo método comparativo, nos filiamos como referencial teórico ao materialismo histórico dialético, visto que é impossível pensar as realidades analisadas dissociadas da compreensão macroestrutural atinentes às condições materiais e históricas que constituem o real. Como pontua FRIGOTTO (2018, p. 27), ao referir-se à particularidade da abordagem materialista histórica:

“é a compreensão de que o recorte de um objeto de investigação só ganha compreensão efetiva nas conexões ou determinações de uma totalidade na qual se constitui, na particularidade de formações históricas específicas implica a apreensão do movimento conjuntural no seu vínculo com as dimensões estruturais.”

Portanto, todos os movimentos da educação profissional e tecnológica se dão em consonância com movimentos do capital e com as transformações no mundo do trabalho.

DISCUSSÃO

A educação profissional italiana como a brasileira possuem um percurso secular. Na Itália surge em 1859, no início da organização da república italiana, chamado *Risorgimento*. Já no Brasil, logo após, no início do século XX, em 1909, com a expansão da industrialização e urbanização brasileira. Importante registrar que a Itália concebeu a educação profissional e tecnológica em diversos formatos nos século XX, tanto na escola dual, meramente tecnicista, presente tanto na época do período fascista, do ministro Giovanni Gentile, tendo perdurado esse modelo em vários outros momentos, havendo por outro lado, experiências que reivindicaram o modelo de uma escola única, politécnica nos anos de 62/63, quando a centro esquerda aprova uma lei de uma escola única, integrada, obrigatória e gratuita.

Quanto ao percurso brasileiro, esse mais uniforme em relação à um modelo mais tecnicista-operacional em todo século XX. O segmento já notabilizado pelo Estado brasileiro nas primeiras décadas do século com um importante papel na “construção nacional”, dando suporte a um projeto de desenvolvimento, criando ‘cidadãos’ e ao mesmo tempo sorvendo mão-de-obra para o processo de industrialização e urbanização que se expandia, equacionando a ‘questão social’ e as tensões urbanas nas primeiras décadas do século (SHIROMA *et al*, 2007). Já no começo do século XXI, o setor passa por reformas e ‘novos’ formatos. Apenas em 2008, o Brasil ‘ressignifica’ a concepção da educação profissional à chamada nova institucionalidade de educação profissional e tecnológica:

“O que se propõe, então, não é uma ação educadora qualquer, mas uma educação vinculada a um Projeto Democrático, comprometido com a emancipação dos setores excluídos de nossa sociedade; uma educação que assimila e supera os princípios e conceitos da escola e incorpora aqueles gestados pela sociedade organizada. Mais do que isso, a comunidade educa a própria escola e é educada por ela, que passa a assumir um papel mais amplo na superação da exclusão social’. Entretanto, não basta incluir em uma

sociedade desigual, reprodutora da desigualdade. O conceito de inclusão tem de estar vinculado ao de emancipação, quando se constroem também os princípios básicos da cidadania como consciência, organização e mobilização. Ou seja, a transformação do educando em sujeito da história. (PACHECO, 2010, p. 10)

Eliezer Pacheco é um dos idealizadores e maiores entusiastas da nova institucionalidade que cria os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia (IF's), sendo também secretário da SETEC (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica) à época. O autor menciona que esse novo projeto prevê formação de sujeitos críticos, com uma formação integral, pautada na politécnica, numa perspectiva ampla, com vistas a emancipação dos sujeitos: “o restabelecimento do ensino médio integrado, numa perspectiva politécnica, é fundamental para que esses objetivos sejam alcançados” (PACHECO, 2010, p. 12). Essa ‘nova’ perspectiva é inaugurada não sem uma série de controvérsias suscitadas por vários pesquisadores da área, que pontuam as contradições desse modelo, que se proclama novo, mas carrega elementos que reproduzem a lógica anterior, qual seja, a subsunção ao capital e às dinâmicas produtivas (AZEVEDO et.al, 2012).

Retomando o cruzamento dos modelos em questão, a educação profissional italiana faz um caminho aparentemente reverso ao caso brasileiro, já que pode-se dizer, em linhas gerais, que as reformas recentes, como *Legge 107/2017 (Buona Scuola)* entre outras, são reveladoras de uma maior aproximação entre educação e formação para o trabalho, estreitando um vínculo direto com o mercado de trabalho e com a formação prática. Segundo Arena (2018), o Estado percebeu a necessidade de reestruturar seus institutos profissionais, visto que há um certo desprestígio com a escolha da educação profissionalizante como itinerário para os jovens italianos, o que era muito valorizado no passado. Uma das questões centrais da nova lei é o percurso da alternância (*alternanza*), trabalho-escola, compreendendo a dedicação de um tempo maior nas atividades práticas (estágio) em empresas parceiras, diminuindo por sua vez, a carga horária de uma educação integral e humanística, que quase inexiste. Outro dispositivo importante é que a lei dá uma autonomia maior no sentido de uma flexibilização no vínculo de estágio com as empresas.

Uma das razões do modelo da *Alternanza* estar em evidência e sendo amplamente debatida pelos educadores e gestores italianos é o fato da Europa, e não apenas a Itália, estar vivendo um período envolto em muitas crises, que vão desde a econômica, migratória, que deflagram uma crise com a identificação de pertencimento ao bloco da União Europeia, uma das razões justificadas por alguns dos países membros quando atribuem fatores para a crise, especialmente a Inglaterra com o BREXIT. Outro fator de crise que aciona novamente a relação escola-trabalho como equacionador das questões sociais é o grande número de desocupação juvenil.

O primeiro artigo da lei, 107/2015 (ITÁLIA, 2015), já denota a preocupação com a desocupação juvenil. O mesmo compreende a afirmação do papel central da escola como espaço do conhecimento, por isso deve se comprometer com a elevação dos níveis de educacionais e de competências dos estudantes, respeitando os tempos e os estilos de aprendizagem para verificar as diferenças socioculturais, territoriais, para evitar e prevenir o abandono e dispersão escolar, em coerência com o perfil educativo, cultural e profissional dos diversos graus de instrução, para realizar uma escola aberta, com laboratórios permanentes de pesquisa, experimentação e inovação didática, de participação e de educação para a cidadania ativa, para garantir o direito ao estudo, e iguais oportunidades de êxito formativo e educacional.

A presente lei dá plena autonomia para a atuação das instituições escolares, também em

relação aos dispositivos financeiros. Portanto os princípios basilares são: combate evasão escolar, oportunidades iguais de formação, formação de competências, empregabilidade, autonomia e descentralização das instituições escolares, financeira, administrativa e didática. Léxicos alinhados à reestruturação produtiva que experimentamos nas últimas décadas com o modelo neoliberal.

CONCLUSÃO

Fazendo uma interface com o Brasil, podemos dizer que Brasil e Itália passaram por processos diferentes que, em algum momento encontram semelhanças nas lógicas econômicas pulverizadas sobre a educação, como na orientação das políticas neoliberais dos anos 90, com ressonância e alcance nos dois países. Nos anos 2000, muitos países da América Latina passaram por um ‘corredor progressista’ com o advento de governos de centro-esquerda que empreenderam ações no campo social. A educação profissional e tecnológica no Brasil teve a assunção de um modelo reformista, que proclama o rompimento com o modelo tecnicista anterior. O fato é que, mesmo com a vigência do modelo neoliberal nas últimas quatro décadas algumas regiões, como a América Latina, existiram coágulos provisórios de desenvolvimento social, tanto para a educação em geral, como para a área profissional e tecnológica, dinâmica que não contraria o sociometabolismo do capital, já que é imanente de suas contradições os avanços e recuos sucessivos, sem nunca confrontar a ordem.

Assim, a educação profissional e tecnológica, inserida como elemento importante desses projetos, seguiram caminhos diferentes nos países analisados, no Brasil resta ainda um modelo que se pauta (ao menos nos documentos) na proposta de uma formação integral do sujeito para o mundo do trabalho pensado na era do *lulismo*, período de ambivalências, com o advento de políticas sociais, sem contudo confrontar a ordem do capital, o que SINGER (2012) chama de ‘reformismo fraco’. Já na Itália perdura o projeto em curso de uma formação meramente instrumental para o mercado de trabalho, expansão industrial, desvinculada de uma preocupação com a emancipação e integração plena do sujeito à sua realidade, seguindo os ditames da União Europeia para o desenvolvimento econômico nas últimas décadas. Internamente, os italianos também dividem-se entre progressistas e liberais conservadores, e nos últimos anos, vê a ascensão da extrema direita, compondo um cenário de polarização muito parecido com o nosso.

Os IF’s, mesmo toda a tônica ultraliberal do governo atual, ainda não foi impactado pelo novo governo. Todavia, já fora apresentado o programa “Novos Caminhos”, que prevê a expansão de vagas na educação profissional e tecnológica a distância, em que pese ainda ser pouco elaborada as intenções do programa. Resta saber se no Brasil, as forças democráticas, e mesmo se a universidade pública, terão capacidade para reagir à ofensiva que o governo empreende à área educacional.

É imperioso ponderar porém que, quando afirmamos de forma assertiva que a educação profissional e tecnológica no Brasil, e suas concepções políticos-pedagógicas no Brasil são superiores à Itália, levamos em consideração o viés da inclusão e da emancipação do ser humano, embasados ainda na acepção de uma formação omnilateral do ser humano. O que não significa, porém, que o modelo italiano seja precário, inferior. Pelo contrário, dentro do que se propõe e na ótica político-econômica (e porque não pedagógica) na qual se filiam, é um modelo extremamente avançado, sobretudo na ênfase à tecnologia, tecnocracia e mundo do trabalho, operando em alinhamento com a noção de competências, tecnologias de informática, idiomas, visando formar profissionais na perspectiva da aprendizagem flexível KUENZER (2016, p.3), atendendo as novas dinâmicas do mundo do trabalho. O modelo atual da EPT no Brasil, é um modelo que traz certo ineditismo e resiste em um cenário global de reestruturação produtiva e avanço do neoliberalismo. Portanto, é seminal a defesa desse

projeto diante aos abalos sísmicos políticos e econômicos na grande ofensiva do capital nas primeiras décadas do século XXI.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**, o novo proletariado de serviços na era digital. Ricardo Antunes. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2018.

ARENA, M. **L'istruzione professionale ultimi aggiornamenti** – anno 2018. 23 abr. de 2018. Disponível em: <<https://www.filins.it/attachments/article/536/Istruzione%20professionale.pdf>> Acesso em: 15 de out. de 2019.

AZEVEDO, Luiz Alberto ; SHIROMA, E. O. ; COAN, Marival . **As políticas públicas para educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem?**. Boletim Técnico do SENAC, v. 38, p. 27-40, 2012.

BRAY, M.; ADAMSON, B.; MASON, **Atores e finalidades na educação comparada**. (pgs.45-73). Pesquisa em Educação Comparada: abordagens e métodos / Mark Bray; Bob Adamson; Mark Mason (Orgs.), et all . – Brasília: Liber Livro, 2015. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245741/PDF/245741por.pdf.multi>>. Acesso em 15 Nov. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada. **XI Anped Sul** – Reunião Científica Regional da Anped: educação, movimentos sociais e políticas governamentais, UFPR, Curitiba, 24-27 jul. 2016 [Eixo 21 – Educação e trabalho: trabalho encomendado]. Disponível em: <<http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-21-Educa%C3%A7ao-e-Trabalho.pdf>> Acesso em: 10 Mai. 2020.

MOREIRA, Jani Alves da Silva. **Políticas de financiamento da educação básica (1990-2010): os casos de Brasil e Portugal**/ Jani Alves da Silva Moreira. -- Maringá, PR: Eduem, 2015. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 10, n. 2, p. 199-213, Ago. 2018.

PACHECO, Eliezer. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: SETEC/MEC, 2010.

REPUBBLICA ITALIANA. **Riforma del sistema nazionale di istruzione e formazione e delega per il riordino delle disposizioni legislative vigenti**. LEGGE 13 luglio 2015, n. 107. Gazzeta ufficiale della repubblica italiana. Disponível em: <<https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/2015/07/15/15G00122/sg>>. Acesso em: 01 de out. de 2019.

SHIROMA, E. O.; MORAES, Maria Célia Marcondes de ; EVANGELISTA, Olinda . **Política Educacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. v. 1. 128p.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo, Cia. das Letras, 2012. 276 p.